

# ENTRE OFÍCIOS, DECRETOS E NOMEAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ (1823-1825)

**Pedro Vilarinho Castelo Branco**

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco  
Professor do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História do Brasil  
da Universidade Federal do Piauí  
[pedrovilarinho@uol.com.br](mailto:pedrovilarinho@uol.com.br)

**Francisco de Assis Oliveira Silva**

Mestre em História do Brasil (UFPI)  
[ihf\\_francisco@hotmail.com](mailto:ihf_francisco@hotmail.com)

## Resumo

O artigo analisa a formação e afirmação do Estado imperial na província do Piauí no período de 1823 a 1825, observando os diversos decretos, ofícios e pedidos de nomeações que ocorreram no período vigente. Na construção do argumento, entendemos que, para melhor compreensão do processo de independência e de consolidação do Estado imperial no Piauí, necessário se faz entender a dinâmica e os arranjos familiares da elite local, que formavam grupos políticos que ascenderam ao poder ainda no período de conquista dos territórios e de construção da sociedade colonial, e que, no pós-independência, os arranjos institucionais que se forjavam no Brasil acabaram por levar ao agravamento de tensões política entre os grupos locais.

**Palavras-chave:** História. Estado Imperial. Política.



BETWEEN DOCUMENTS, DECREE AND APPOINTMENTS: THE  
CONSTRUCTION OF THE IMPERIAL STATE IN THE PROVINCE OF  
PIAUÍ (1823-1825)

**Pedro Vilarinho Castelo Branco**

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco  
Professor do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História do Brasil  
da Universidade Federal do Piauí  
[pedrovilarinho@uol.com.br](mailto:pedrovilarinho@uol.com.br)

**Francisco de Assis Oliveira Silva**

Mestre em História do Brasil (UFPI)  
[ihf\\_francisco@hotmail.com](mailto:ihf_francisco@hotmail.com)

**Abstract**

The 19th century in Piauí had been marked on the political scenario so much for the differences between the local elite how much by the institutional arrangement that puts them in power, having several times dissensions during the construction of the Brazilian imperial state. This article aims to analyze the formation and affirmation of the imperial state in the province Piauiense in the period from 1823 to 1825, observing the various decrees, crafts and requests for appointments that occurred in the period mentioned. We analyzed the independence process that goes through the consolidation of the imperial state in Piauí. To that end, it is necessary to understand the elite families that formed the political groups that came to power since the colonial period.

**Keywords:** History. Imperial State. Policy.



Ao analisarmos a formação e afirmação do Estado imperial brasileiro, precisamos entender que as capitanias que compunham a colônia lusitana na América no início do século XIX não se sentiam pertencentes a uma nacionalidade brasileira emergente (GUIMARÃES, 2011, p. 229) Assim, uma das primeiras missões desse estado nacional nascente era forjar o sentimento de pertencimento a uma nação. As capitanias não apenas eram dispersas entre si, mas podemos mesmo afirmar que existiam distintos projetos de nação, o que se refletiu no surgimento de rebeliões, particularmente no Norte do Brasil. Desse modo, o Estado imperial brasileiro tinha como um dos objetivos iniciais unificar as províncias, missão hercúlea diante da dimensão territorial do país. Manter a unidade territorial, porém era um dos principais objetivos a ser atingido por D. Pedro I e as elites políticas do centro-sul capitaneadas pelo Rio de Janeiro.

A questão da unidade nacional, no pós-independência, seria definida nos arranjos institucionais e políticos que se construiriam entre o Governo central e as províncias, definindo o grau de autonomia ou de dependência entre as duas partes. Assim, até mesmo o acordo de reconhecimento português da emancipação política do Brasil, assinado por D. João VI, serviria como forma de legitimação do poder político do Estado nacional brasileiro, sediado no Rio de Janeiro e liderado por D. Pedro I, pois nele estava expresso que a legitimidade da autonomia política do Brasil estava reconhecida pelo rei de Portugal, que passava a soberania sobre todo o território luso-americano, a seu filho, D. Pedro, que receberia o título de imperador do novo país (NEVES, 2011, p. 101). A questão da definição das relações entre o Rio de Janeiro e as províncias ainda estava por ser definida, na prática, mas o projeto político de poder, com a centralidade do Rio de Janeiro, já estava resolvido.

Segundo Dolhnikoff, a história da construção do Estado nacional brasileiro, por toda a primeira metade do século XIX, foi marcada pela tensão entre as ideias de unidade e autonomia provincial (DOLHNIKOFF, 2005, p. 11). Essa tensão não começa em 1822, com o simbólico Sete de Setembro, mas pode ser percebida, desde as rebeliões do final do período colonial, perpassando revoltas como a de 1817 em Pernambuco. Elas expressavam os interesses das elites regionais em aderir ou não a um projeto político de construção de uma nação capitaneada pelo Rio de Janeiro, ou buscar outras formas de construção nacional e adesão à ideia de independência e de nação.

Dessa forma, para entendermos de forma mais adequada o processo histórico em análise, precisamos analisar os interesses das elites locais, a fim de podermos dar um passo significativo no entendimento da forma como se articulou a política imperial no pós-independência. A forma pela qual os membros das aristocracias provinciais foram se organizando para se adequar e atuar no aparelho do recém-formado Estado imperial era importante para legitimar o Estado nacional brasileiro. Nesse intuito, compreender a formação do Estado é olhar para as elites e analisar como se articularam no poder, sobretudo, nos anos de 1823 a 1825 (DOLHNIKOFF, 2003, p. 116-133).

Nessa conjuntura, buscamos analisar as elites políticas na província do Piauí e a forma como essas elites aderiram ao projeto de nação encabeçado por D. Pedro, contribuindo, assim, para a consolidação do projeto político da Corte e, conseqüentemente abrindo o leque de desavenças, não somente entre os grupos locais, mas em relação às demais províncias nortistas. Os diversos decretos que chegavam ao Piauí vindos do governo central no Rio de Janeiro permitem compreender como as elites à frente do governo local articulavam-se no poder respeitando as ordens do monarca, ao tempo em que as diversas nomeações ocorridas na província e os pedidos feitos ao governo central objetivam garantir a manutenção dos grupos de famílias de elite no poder.

No Piauí, algumas famílias da elite, que se constituíram ainda nas guerras de conquista aos silvícolas e na estruturação das atividades econômicas locais, dividiam com os administradores coloniais, enviados pela Coroa portuguesa, o poder político local. No momento da ruptura política com a antiga metrópole, havia dois grupos políticos locais que disputavam o espaço de poder local: as elites do norte da província, e as elites do centro-sul, chefiadas por famílias sediadas em Oeiras. Ao analisarmos alguns decretos e nomeações no período de 1823 a 1825, buscamos compreender como as elites locais articularam-se no poder e contribuíram para a afirmação do Estado imperial brasileiro.

### **A estrutura de poder na província do Piauí**

As atividades econômicas, na capitania do Piauí, eram lastreadas no criatório do gado bovino, que, no período colonial, assumia caráter subsidiário a atividades econômicas mais

capitalizadas como a produção açucareira e a mineração. Como afirma Tanya Brandão (1995), mesmo não tendo o padrão de rentabilidade econômica presente em outros setores da economia colonial, a pecuária foi de fundamental importância para a ocupação de extensos territórios no interior da colônia. A autora observa que “A forma como se processou a penetração deste setor da economia colonial garantiu o caráter patrimonialista e mercantilista da colonização portuguesa no sertão” (BRANDÃO, 1995, p. 37). Esse aspecto demonstra que a pecuária foi de fundamental importância para forjar a elite colonial no Piauí e, conseqüentemente, as estruturas de poder na província, as quais permitiram que os detentores de grandes propriedades de terra, gado e escravos assumissem o poder como potentados locais.

A importância da pecuária no Piauí fizera com que o território atraísse famílias originárias diretamente de Portugal, ou que, já instaladas em outras capitanias, migrassem para o sertão, onde seria mais fácil serem agraciados com a doação de terras pela Coroa Portuguesa, cabendo, em seguida, a obrigação de fazer a conquista dos territórios aos indígenas, bem como a montagem do sistema produtivo, típico da pecuária na região, que contava com baixos custos de dispêndio de capital. Com o passar do tempo, esses grupos familiares passaram a se constituir em uma oligarquia local, a construir redes familiares e a ocupar espaços de poder no mundo colonial local. Os descendentes desses primeiros colonizadores acumularam riquezas que eram contabilizadas em vastas propriedades de terra, escravos e gado. O poderio econômico, somado ao prestígio das patentes militares e aos cargos administrativos que exerciam nas estruturas de poder coloniais, na capitania, davam lastro ao prestígio social que fundamentava o poder de figuras, como Manuel de Sousa Martins, que se envolveu nas articulações para a adesão do Piauí ao processo de independência (SOUZA NETO, 2013, p. 23).

À medida que a Coroa Portuguesa foi, no século XVIII, inventando o Piauí como uma capitania e montando uma estrutura administrativa, os potentados locais foram convidados a ocupar espaços na administração colonial, o que servia para legitimar institucionalmente os espaços de poder que detinham na colônia. Assim, as famílias de elite no Piauí tiveram papel fundamental, como em outras províncias do Brasil. A participação das elites locais nas estruturas de poder coloniais era fator crucial para as pretensões de legitimação e controle do governo metropolitano, em áreas de expansão colonial (BRANDÃO, 1995, p. 79).



A formação da sociedade e grupos de poder no Piauí na análise de Brandão põe em evidência a participação local na máquina burocrática governamental. Nesse sentido, havia ainda a preocupação dos governadores e demais autoridades locais em fazer com que a população se moldasse à ordem política da colônia. Ainda no âmbito das relações entre a administração colonial e o poder local, podemos observar duas características que impactarão as questões políticas e os arranjos institucionais que se farão presentes no momento de ruptura com Portugal.

A primeira diz respeito à relação entre os potentados locais e as autoridades metropolitanas enviadas ao Piauí. Essa relação nem sempre era harmoniosa, havia significativas divergências entre os governadores do Piauí Colônia e os potentados locais. Alguns desses potentados apresentavam-se como inimigos dos governadores da Capitania. Esse fato evidencia-se com o argumento de Brandão, observando que “o embate entre as forças políticas locais e os governadores do Piauí gerou impasses administrativos, caracterizando o dualismo do poder em nível de Estado e sociedade civil” (BRANDÃO, 1995, p. 83).

Como os governadores nomeados para o Piauí, muitas vezes, sofreram rejeição dos potentados locais, isso acabou por levar a Coroa Portuguesa, no final do período colonial, a organizar juntas de governo, formadas por potentados locais e por funcionários da Coroa. A Junta de Governo de 1821, por exemplo, tinha os seguintes nomes da elite piauiense como membros: presidente, Francisco Zuzarte Mendes Barreto; vice-presidente, o brigadeiro Manuel de Sousa Martins; Francisco de Sousa Mendes como secretário, dentre outros (COSTA, 2010, p. 69).

A segunda questão diz respeito à relação das capitanias entre si, segundo alguns historiadores, não havia sentimento de unidade entre as capitanias que formavam a colônia portuguesa na América. Se durante muito tempo, já havia uma distinção entre norte e sul, pois Portugal havia dividido a colônia em duas áreas, o Brasil e o Grão-Pará e Maranhão, dentro dessa divisão formal, já instituída pela própria Coroa Portuguesa, havia ainda outras divisões internas que levavam algumas capitanias a se dirigirem diretamente a Lisboa, ignorando, assim, a intermediação do Rio de Janeiro.

A falta de sentimento de unidade no território brasileiro será um dos fatores fundamentais para se entender as formas políticas nas províncias, uma vez que elas pareciam se aproximar



mais dos interesses e ideais particulares de cada local do que da ideia de um território único e coeso. Como analisa José Murilo de Carvalho, a falta de unidade na América Portuguesa era perceptível pela pouca efetividade do poder central (CARVALHO, 1998, p. 155).

O processo histórico do Piauí no período colonial acabou por forjar uma elite dominante que procurou se aproximar das estruturas do governo colonial na capitania e, depois do processo de emancipação política, procurou se apropriar do governo da província. Com esse intuito, dois grupos principais articularam-se para tentar manter sua influência sobre o governo no período colonial e assumir de fato as rédeas da governança local. O primeiro era o grupo do Norte, liderado por Dr. João Cândido de Deus e Silva e por Simplício Dias da Silva, ambos grandes proprietários de terras, comerciantes estabelecidos no norte da província e detentores de cargos administrativos. O outro grupo era o do Centro-Sul, tendo seu epicentro nas elites políticas de Oeiras, e que, no decorrer do processo histórico, passou a ser comandado por Manuel de Sousa Martins, que fizera todo o possível para ascender a cargos no governo local, ainda no período colonial. Sousa Martins usará desses espaços e dessa influência política para impulsionar a adesão do Piauí ao projeto de emancipação política capitaneada por D. Pedro I.

Diante das questões apresentadas, afirmamos que a formação do Estado imperial brasileiro decorreu da forma como o governo central, sediado no Rio de Janeiro, relacionou-se com as estruturas de poder nas províncias e como esses grupos pensavam sua aliança e adesão à Corte, no Rio de Janeiro. Esses grupos adotaram postura pragmática e, diante da inevitabilidade do processo de ruptura, buscaram a necessária aproximação com as elites imperiais emergentes, com o intuito de assegurar para si os benefícios políticos que viriam com os decretos e nomeações nas províncias, que, emanados do Rio de Janeiro, tinham como fim garantir a ordem e a unidade territorial no império recém-estabelecido.

### **Adesão à independência: o ego das elites em disputa no Piauí**

Com as ideias de emancipação política rondando o cenário político brasileiro muito antes de 1822, o debate em torno dos projetos políticos para o novo Estado chegava aos longínquos lugares do território brasileiro e geravam expectativas que não ficaram somente na América portuguesa, mas chegavam ao velho continente, nas cortes de Lisboa. Como analisa Brandão:

A convulsão política resultara da expectativa em relação ao projeto de reorganização do Império português, permeada pela consciência de que a execução do mesmo teria reflexo no contexto brasileiro. Em face disso, as forças políticas já existentes interferiam defendendo ideias e modelos compatíveis com a visão que cada um tinha acerca da questão (BRANDÃO, 2020, p. 134).

Esse aspecto mencionado pela autora corrobora o que já foi dito sobre as ideias políticas das elites piauienses que se engajaram no movimento, imbuídas do mesmo espírito, ainda que subjugando o aspecto macro que indicava o projeto político a ser adotado, em contraste com as disputas pelo controle do poder político na província.

Em 1822, ofício vindo do ministro da Marinha e Ultramar mandava que, em respeito ao decreto das cortes gerais extraordinárias e constitucionais da nação, de 27 de setembro de 1821, fosse executada a Carta de lei nº 124, que ordenava a eleição de uma nova Junta de Governo provisória e que enquanto não chegasse o oficial nomeado para o comando das armas, que exercesse o cargo o oficial de maior patente e antiguidade (COSTA, 2010, p. 72).

Como observa Sousa Neto (2013), uma nova Junta de Governo, sob ordem vinda das Cortes de Lisboa, fora eleita no Piauí em 1822. Dessa vez, Manuel de Sousa Martins ficara de fora do governo. Com propagandas de seus adversários políticos contra sua eleição, mesmo contando com o apoio de aliados e de sua família, não fora eleito para fazer parte da Junta de Governo, motivando sua desarmonia com o governo.

Segundo Pereira da Costa (2010), vem desse fato a franca adesão de Manuel de Sousa Martins aos ideais de independência, constituindo uma forte aliança, graças a sua popularidade política, influência, fortuna e numerosa família, em geral constituída de abastados fazendeiros, prestigiados por elevadas posições sociais.

Nessa conjuntura, por todo o ano de 1822, no Piauí prolongou-se o estado de agitação, uma vez que no norte da província, mais precisamente em Parnaíba e Campo Maior, espalhavam-se propagandas a respeito da independência do Brasil, sendo as vilas a favor do movimento.

Para compreendermos a formação do Estado imperial brasileiro entre os anos de 1823 e 1825, precisamos considerar como se articularam as elites piauienses em torno das disputas pelo poder político na província. Se atentarmos bem, havia dois grupos bastante distintos no Piauí, desde os últimos anos do período colonial: as famílias do Norte e as do Centro-Sul do território, ambas influentes, por seu poderio econômico nas vilas residentes.

Com a nova junta eleita em 1821, sob ordens do ministro da Marinha e Ultramar e respeitando a Carta de lei nº 124 do ano de 1821, o novo quadro do governo ficara assim: presidente, o vigário geral Matias Pereira da Costa, capitão Francisco de Sousa Mendes, secretário, dentre outros membros, sargento-mor José Antônio Ferreira, capitão Miguel Pereira de Araújo e sargento-mor Caetano Vaz Portela.

Essa ordem política instalada na província não era algo novo no Piauí, apenas tomou outras formas de arranjo, com os mesmos personagens que almejavam o poder político da capitania. Para entendermos essas questões, basta observarmos o processo de emancipação política ocorrida no Piauí, em que a vitória do movimento de adesão ao projeto político de D. Pedro aconteceu, alguns meses após o Sete de Setembro, deixando claro que não havia consenso sobre essa movimentação política entre os membros das elites do Piauí.

A vila da Parnaíba aderiu à independência em 19 de outubro de 1822, sob os influxos dos patriotas Dr. João de Deus e Silva, coronel Simplício Dias da Silva, capitão Domingos Dias da Silva, José Ferreira Meireles, capitão Bernardo Antônio Saraiva, o escrivão Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e o tenente Joaquim Timóteo de Brito (COSTA, 2010), que, com o auxílio da vizinha província do Ceará, deram vivas ao príncipe D. Pedro I. As elites políticas, sediadas em Oeiras, naquele momento comandando a capitania, preferiram não seguir os passos da vila de Parnaíba.

Esses acontecimentos demonstram como não havia consenso entre as elites regionais, quanto ao caminho que deveriam seguir. Essas divisões internas não eram uma exclusividade do Piauí, uma vez que, nas vizinhas províncias do Norte, como Maranhão e Pernambuco, nem todos comungavam das mesmas ideias, pois, na primeira, a adesão à independência, capitaneada pelos grupos políticos do Centro-Sul não contava com a simpatia de muitos e, na outra, as ideias de emancipação política, para parte significativa da elite local, levaria a um projeto político alternativo, que não o planejado pelas cortes no Rio de Janeiro, ideia que se configurou na proclamação da Confederação do Equador em 1824.

Voltando ao processo político no Piauí, precisamos entender como se organizavam os grupos políticos locais e os interesses que os movimentavam, para entendermos que esses grupos elitistas eram não só heterogêneos, mas também contavam com propostas diferentes. Ao olharmos para o debate sobre a ideia de adesão à independência do Brasil, constatamos que o



pleito gerou discursos de aceitação ou não sobre a forma de governo, entre os potentados do Piauí. Uma questão que parece central, nas disputas, diz respeito aos encaminhamentos para assumir o poder local, como observa Brandão.

Durante o período colonial, as famílias que formaram os grupos de poder não se digladiavam entre si porque havia entre elas afinidade de interesses e proporcionalidade na divisão do poder interno. Entretanto, na década de 1820, quando se processava a reorganização política do Brasil, a disputa pelo poder local adquiriu outra roupagem, pois as elites passaram a se olhar como adversárias políticas (BRANDÃO, 2002, p. 139).

Os membros da elite do Piauí em destaque nesse momento buscavam a nomeação para o governo, única garantia de que seu grupo familiar obteria, assim, a hegemonia política no Piauí. Neste ponto, como observa a autora, as elites estão divididas, de um lado, as elites do Centro-Sul e do outro, as elites no Norte da província. Os dois grupos tinham algumas diferenças em torno da adesão do Piauí ao processo de independência do Brasil.

Em ofício de janeiro de 1823, à Junta de Governo do Piauí, encaminhado ao general Labatut, que se encontrava na Bahia, onde empreendia esforços bélicos para aquela província aderir ao processo de emancipação política do Brasil, o governo piauiense deixava claro o desejo de que o Piauí permanecesse unido a Portugal, contrariando as elites de Parnaíba e Campo Maior, que, unidas à província do Ceará, aderira à independência.

A situação dessa província e das mais que lhes ficam no setentrião lhe promete maiores vantagens da sua união com a corte de Portugal, que com a do Rio de Janeiro. A sua correspondência lhe é muito mais fácil com a primeira, por intermédio do Maranhão, que com a segunda pelo da Bahia. Assim lhe tem mostrado recentemente a experiência de quinze anos. As suas produções sem consumo, e de difícil exportação para o Rio de Janeiro, e, vice-versa, lhe tornam mais difícil a comunicação com a sua corte, e mais ociosa a união com a mesma. Ao contrário, a grande parte das suas produções tem boa saída e venda em Portugal, e é daí que ela se abastece dos gêneros de que precisa; e como então desprezar a vantajosa liga com Portugal, para abraçar a inútil união e sujeição prejudicial ao Rio de Janeiro? [...] (COSTA, 2010, p. 108).

Nessa conjuntura, enquanto a vila da Parnaíba, no norte do Piauí, já havia proclamado a adesão à causa de D. Pedro, a Junta de Governo não enxergava com bons olhos uma união com a Corte do Rio de Janeiro, preferindo continuar ligada a Portugal. Isso demonstra que as elites no Piauí estavam preocupadas em manter-se à frente do governo, uma vez que a adesão ao modelo de império sediado no Rio de Janeiro significaria a possibilidade de construção de uma nova ordem política e com ela a efetivação de interferências na província.

No entanto, a construção do Estado Imperial brasileiro dependia sumariamente da participação de todas as províncias, necessitava da adesão “à causa do Brasil”, para que a unidade territorial fosse garantida. Para defender os interesses portugueses, estava no Piauí o major João José da Cunha Fidié, um grande estrategista de guerra, comandante das armas do Piauí, que tinha como uma das suas missões sufocar as ideias de emancipação na província piauiense, ao tempo em que protegeria também as forças e os interesses lusos no Maranhão. No exercício da sua missão política/militar, teve que se envolver em luta sangrenta em Campo Maior, vila distante de Oeiras, “na Batalha do Jenipapo, de onde saiu vitorioso, mas fragilizado, o que favoreceu a adesão do Piauí à independência política do Brasil. O Piauí aderiu ao processo de emancipação política capitaneado por D. Pedro, passo que se efetivou com o apoio de alguns membros das famílias de elite do Centro-Sul da província, sediadas em Oeiras, que, aproveitando a ausência das forças militares portuguesas na capital, encaminham a derrubada da junta de governo fiel a Portugal. Com o deslocamento das tropas de Fidié para o Maranhão, esse grupo da elite viu-se dono da situação política na Província do Piauí.

Em síntese, os dois grupos políticos, um capitaneado por Simplício Dias da Silva e João Candido de Deus e Silva sediado ao Norte, na Vila de Parnaíba e coadjuvado por outros grupos de elite sediados na vila de Campo Maior, também no Norte da província, e o outro, sediado no Centro-sul da província, em Oeiras, capital do Piauí, e sob o comando de Manuel de Sousa Martins e outros personagens da sua parentela, como o Padre Marcos Araújo Costa, assumiram papel pioneiro na adesão do Piauí à Independência do Brasil. Os grupos do Norte e Centro-Sul do Piauí, cada um a seu modo, tinham seus defensores da emancipação (SOUSA NETO, 2013, p. 270).

Segundo Marcelo Sousa Neto, Padre Marcos de Araújo Costa, foi o grande mentor intelectual da adesão das elites de Oeiras ao processo de independência. Para esse autor, a participação do padre fora crucial para o Piauí aderir à causa da emancipação. Com forte influência intelectual, religiosa e pertencente a um importante grupo familiar, padre Marcos de Araújo Costa soube desempenhar satisfatoriamente papel de articulador das ideias pela independência. A força do grupo estava na combinação de interesses e vontades: a capacidade articuladora do Padre Marcos Araújo Costa e a vontade de seu primo, Manuel de Sousa Martins de voltar ao governo da província, de vingar-se dos que o tinham alijado do poder, na



montagem da última junta de governo, eleita em 1821. Assim, em janeiro de 1823, vindo a capital, Oeiras, desguarnecida das tropas de João José da Cunha Fidié, militar português, Manuel de Sousa Martins derruba a junta governativa fiel a Portugal e declara a adesão do Piauí à independência.

Os dias seguintes foram tensos e marcados por embates, desavenças, atos de violência, entre forças favoráveis e contrárias à Independência. O ponto mais alto das disputas ocorreu em 13 de março de 1823, com a Batalha do Jenipapo, em Campo Maior. A disputa teve consequências significativas para o desenrolar dos acontecimentos dentro da província. A partir desse contexto, a formação do Estado Imperial no Piauí tomara forma, uma vez que, mesmo saindo vitorioso da batalha, Fidié, teve perdas consideráveis de material bélico e de suprimentos, refugiando-se na vila de Caxias, no Maranhão.

Na batalha, as tropas do Piauí foram auxiliadas por forças militares vindas do Ceará. O brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que já ocupava o comando da Junta de Governo provisória, após a derrubada do governo fiel a Portugal, desempenhou papel importante como negociador com as tropas oriundas do Ceará, que cobraram pela atuação na guerra de independência. Segundo Araújo (2015), a nova Junta de Governo provisória, tendo o referido brigadeiro à frente, ficara composta da seguinte forma: o brigadeiro Manoel de Sousa Martins (presidente), Manoel Pinheiro de Miranda Osório (secretário) Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego. O tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins, irmão do brigadeiro, ficou encarregado do comando das armas (NEVES, 1997, p. 77-78).

Ao observarmos a formação da nova junta de Governo na Província, desta feita capitaneada por Manuel de Sousa Martins, podemos perceber, como o agora presidente provisório, resolveu cercar-se de homens de sua inteira confiança, pois, ao derrubar a Junta de Governo e assumir o comando do processo de adesão à independência, cercou-se de pessoas do seu convívio familiar, procurando, com isso, assenhorar-se do Governo local e tornar-se interlocutor privilegiado entre as elites e o Governo local e a Corte Imperial, sediada no Rio de Janeiro. O interesse de Manuel de Sousa Martins e de seu grupo era assumir posição de comando e de governo no Piauí, afastando a concorrência de outros grupos políticos rivais, principalmente, os Dias da Silva e seus aliados, sediados no norte da província.



## **Entre ofícios, decretos e nomeações**

Com a adesão do Piauí à independência do Brasil, novos embates acabaram ocorrendo dentro do Império brasileiro. A nova ordem política que se apresentara no território trouxe consigo dúvidas sobre como ficariam acomodadas as elites no poder local. De acordo com Araújo (2015), no Piauí, havia muitas dificuldades a serem transpostas. A primeira delas dizia respeito à definição do comando político da região. Sabendo do empenho e reconhecendo os méritos e o patriotismo de Simplício Dias da Silva, comandante militar da vila da Parnaíba, o Imperador D. Pedro I o nomeia presidente da província do Piauí, porém, alegando motivos de ordem pessoal, Simplício Dias declinou da escolha.

Nessa conjuntura, o Imperador nomeia Manuel de Sousa Martins para presidir o governo provisório da província, ficando o mesmo encarregado de manter a paz, ordem e sossego no Piauí. Essa nomeação põe de fato o Piauí nos passos da construção do Estado imperial brasileiro. Manuel de Sousa Martins, estrategista político e membro da elite política e econômica do Centro-Sul da província, resolve seguir à risca as ordens da corte no Rio de Janeiro e manter a província em unidade com as ideias do Imperador.

No entanto outro embate apresenta-se na província. As vilas de Parnaíba e Campo Maior, que outrora aderiram à causa do monarca em 1822, no ano de 1824, resolveram aderir ao movimento republicano da Confederação do Equador. A força política, econômica e familiar de Sousa Martins entra em cena para aceitar os decretos do governo central e fazer cumprir as ordens em âmbito local, barrando assim o movimento vindo de Pernambuco.

Em 1824, ainda estando à frente do governo provisório da província do Piauí, Manuel de Sousa Martins mostra, através de ofícios, a obediência que tivera às ordens do Imperador. Em ofício de outubro de 1824, deixa transparecer sua adesão ao sistema monárquico e sua contribuição para a formação do Estado imperial brasileiro.

O amor a Pátria, adesão ao Sistema Monárquico Constitucional, obediência e fidelidade ao chefe da Nação têm sido para mim os mais firmes princípios de dirigir as minhas ações. Hoje que suportando o peso da governança em uma crise tão melindrosa, em que tão difícil me é manter e dirigir a máquina política desta província [...] (BRITO, 1922, p. 76).

Manuel de Sousa Martins assim se dirigiu ao ministro dos negócios do império, a fim de que ele transmitisse a correspondência ao imperador D. Pedro I. Com essas palavras, fica claro a

que modelo político o brigadeiro estava ligado, contribuindo para a afirmação do Estado imperial. As vilas de Campo Maior e Parnaíba, cujas lideranças haviam lutado pela expulsão dos portugueses, agora, achavam-se sediciosos e apoiadores da Confederação do Equador.

Sob a inspiração de João de Cândido de Deus e Silva, em 25 de agosto de 1824, a câmara de Parnaíba adere ao movimento, apoiada pelos vereadores Rodrigues Falcão, Veridiano Brochado, João José Sales, José Meireles e João Cardoso. Apoiavam também a “república pernambucana” Leonardo Castelo Branco, Miranda Osório, Padre Francisco Barros, os comandantes de tropa Domingos da Silva Henriques, Agenor Saraiva, do capitão da Costa Amorim, muitos deles seus amigos, veteranos das lutas do ano anterior, contra Fidié (DIAS, 2009, p. 197-198).

Manuel de Sousa Martins colocou-se fiel ao lado de sua majestade imperial. Fez cumprir o decreto de 11 de março de 1824, em que o imperador manda jurar as bases da Carta Constitucional nas Províncias do Brasil. Nesta conjuntura, Sousa Martins envia ofício ao Ministro do Império, relatando a situação na província, após medidas tomadas para jurar o projeto de constituição.

Depois que foram recebidas as Ordens de sua Majestade Imperial. Determinadas no decreto de 11 de março do ano que corre, pelo qual manda o mesmo Augusto Senhor jurar o projeto de Constituição adoptado pela maioria do Brasil, procedeu-se nesta Capital o juramento do referido Projeto, para servir como constituição a qual o brioso Povo desta Província esposou. Transmitiram-se as ordens desta necessárias para todas as vilas que com entusiasmo seguiram o exemplo da Capital, a exceção da vila de Campo Maior que por motivos expedidos no documento, número dois suspendeu este ato para o oito do mês passado [...] (BRITO, 1922, p. 77).

Manuel de Sousa Martins consolidava-se como um grande defensor da causa do Império e com o auxílio de Padre Marcos de Araújo Costa sufocara o movimento rebelde da Confederação do Equador, em terras piauienses. Em ofício de 21 de outubro de 1824, Sousa Martins aponta, ao Ministro do Império, suas ações para sufocar o movimento e consequentemente contribuir à formação do Estado.

Passei a dar as providencias necessárias. Convoquei tropas para fortificar os pontos que são sujeitos à invasão. Fiz publicar os Bandos-documentos nº 12, aplicando a mesma medida da qual sua Majestade Imperial se servira no Decreto de 21 de junho, em que chama os soldados que tiveram suas baixas para servirem com dobrado soldo, até que se restituísse a tranquilidade da Província; e os que foram aparecendo somente se alistaram, para estarem prontos a marchar quando fossem chamados vencendo então seus soldos (BRITO, 1922, p. 80).

Sousa Martins toma providências, no intuito de barrar as ideias republicanas dentro do Piauí, ordenando o fechamento de fronteiras e enviando decretos, além de designar alguém de sua confiança para que a causa do Império fosse mantida e preservada, assim procede:

Mandei para a vila de Valença, contigua a Campo Maior, o Reverendo Marcos de Araújo Costa, de patriotismo reconhecido, e amigo do imperador, com o tenente-coronel Ignacio Francisco de Araújo Costa para que fossem tomadas as medidas convenientes para livrar aquela vila da péssima doutrina do sistema ideal, fortificando os pontos necessários cuja comissão executaram com aquele zelo e atividade que era de esperar. Nomeei para inspetor das Obras Públicas e munições de guerra o referido Tenente Coronel Ignacio Francisco por se achar neste emprego o Escrivão Interino da Junta da Fazenda que tendo a seu cargo outros empregos, não podia preencher os seus deveres com aquela atividade e energia, que urge a crise em que em que se acha a província. Procedi a um exame geral no armamento, pretextos e munições bélicas (BRITO, 1922, p. 80).

Essas foram algumas das ações do presidente da província contra a Confederação do Equador no Piauí, o que, por conseguinte, era a contribuição e a participação do Piauí na afirmação do Estado imperial brasileiro, que receberá sua fundamentação jurídica com a outorga da Carta Constitucional de 1824.

Tendo o apoio das famílias de elite do Centro-Sul da província, Manuel de Sousa Martins interveio, ainda, por muitos companheiros políticos que o ajudaram na adesão do Piauí à independência do Brasil, pedindo decretos de nomeações ao Imperador, além de títulos senhoriais, conforme observa-se com relação a Honorato José Rego, um dos membros da junta de governo:

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor, temos a honra de encaminhar a Vossa Excelentíssima para levar a Augusta presença de sua Majestade Imperial o requerimento incluso do sargento-mor Honorato José de Moraes Rego, membro desta Junta de Governo em que pede a mercê do Hábito da Ordem Imperial do Cruzeiro [...] (APEPI, 17 dez. 1823).

Como esse ofício, houve muitos em que Manuel de Sousa Martins pedia nomeação ao Imperador para algum membro do governo ou para alguém que apenas o auxiliara a chegar à governança no âmbito local. Contudo, a nomeação mais significativa dos primeiros anos pós-emancipação política, fora sua nomeação como governador da província, atestando, assim, sua contribuição para a formação do Estado Imperial brasileiro e sua adesão à causa do monarca.

Manuel de Sousa Martins, eu o imperador constitucional e defensor perpétuo do Império do Brasil, vos quis muito saldar. Tendo consideração aos distintos merecimentos, adesão a sagrada causa deste império, e mais partes que concorrem na vossa pessoa, e que vos constituem digno da minha imperial contemplação. Hei por bem nomear-vos presidente da província do Piauí concedido da Carta de lei de vinte de outubro do ano passado, havendo por demitido do mesmo cargo a Simplício Dias da Silva. E do dito lugar vos fará posse a Câmara da capital [...] (APEPI, 1 dez. 1824).

Com essa nomeação, podemos analisar que a política imperial brasileira até os anos trinta do século XIX fora composta por agentes imperiais que estiveram de acordo com as ideias centralistas que vinham do Rio de Janeiro. A política na província do Piauí não fora diferente, aderir à causa do Brasil era procurar atender a seus próprios interesses, o que gerou intensa disputa política na província pelo poder local.

### **Considerações Finais**

Compreender a construção do Estado imperial brasileiro requer uma análise e entendimento do jogo político e dos interesses que movimentavam as elites políticas locais e os governos provinciais. Como procuramos explicitar na construção do argumento, a dinâmica da política no Piauí, no momento da ruptura com a metrópole, esteve relacionada com as disputas de poder no período imediatamente anterior, quando a nomeação de governos provisórios já anunciava disputas por espaços de poder internamente na província.

Os diversos ofícios, decretos e pedidos de nomeações que ocorreram nesse período acirraram ainda mais os ânimos entre as elites locais. Elites que não tinham interesses homogêneos, em que diversos grupos pensavam o Estado, assumindo os arranjos políticos formas diferenciadas. Assim, a ruptura com a metrópole, bem como as divergências em relação ao projeto de construção da nacionalidade brasileira, a exemplo do projeto republicano, em que parte das elites do Norte do Brasil tomaram parte, em total ruptura com o projeto político do Rio de Janeiro, foram usados pelos grupos políticos locais para mostrar fidelidade e apreço ao imperador, como provas de merecimento para ser agraciado e legitimado no poder provincial, em detrimento de outros grupos da elite que faziam escolhas diferentes.

O centralismo de D. Pedro I foi motivado por muitos embates políticos contra a Corte no Rio de Janeiro e até mesmo a justificativa para levantes e movimentos, durante boa parte da primeira metade do século XIX. A Confederação do Equador buscara, entre outros fatores, combater o centralismo imposto por D. Pedro I. Se essas peculiaridades da administração do primeiro imperador não levaram à quebra da unidade nacional, em grande parte, isso se deveu aos vínculos e aos interesses das elites locais que se mantiveram leais a um projeto de Império unificado.



No Piauí, a contribuição a favor da formação e afirmação do Estado imperial brasileiro deu-se com as ações do governo provisório de 1823 a 1825, que, tendo como presidente Manuel de Sousa Martins, o qual tomou como missão sua a manutenção da ordem na província, evitando a adesão dos piauienses a projetos alternativos de nação.

## Referências

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *Clio*, Recife, n. 33, v. 2, p. 29-48, jul./dez. 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APEPI), Teresina-PI. **Carta de nomeação do brigadeiro Manuel de Sousa Martins a presidência da província do Piauí**. Teresina, 1 dez. 1824. Sala do Poder executivo.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APEPI), Teresina-PI. **Livro de Registros Nomeações, requerimentos, da província para Corte e do Império para a província piauiense**. 1822 a 1825.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (APEPI), Teresina-PI. **Ofício da Junta de Governo do Piauí pedindo nomeação através de decreto, em requerimento para membro da Junta de Governo**. Teresina, 17 dez. 1823. Sala do Poder executivo.

BRANDÃO, Tania. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Tania. Antigas lutas, novos cenários: a elite piauiense e a independência. *Clio*, Recife, n. 20, p. 133-140, jan./dez. 2002.

BRITTO, Anísio. **Adesão do Piauí à Confederação do Equador**, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo horizonte: EDUFMG, 1998.



CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. O Visconde da Parnaíba e a construção da ordem imperial na Província do Piauí. **Clio**, Recife, n. 38, v. 2, p. 205-230, ago./dez. 2020.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC, 2010.

DIAS, Cid de Castro. **Piauhy**: das origens à nova capital. 2. Ed. Teresina: Nova expansão gráfica e editora, 2009.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) **História de vários feitos e circunstâncias**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001. p. 96-110.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago. 2003.

GUMIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

NEVES, Abdias. **O Piauí na confederação do Equador**. Teresina: EDUFPI/Academia Piauiense de Letras, 1997.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.) **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 75-113.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos: Sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

Recebido em 2020-10-28

Aprovado em 2020-12-15

Publicado em 2020-12-31

